

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A 12 de novembro de 2018, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda remeteu a pergunta 581/XIII/4ª, relativa ao encerramento do Estabelecimento Prisional de Lisboa. Na altura, estava em causa a previsão de encerramento do Estabelecimento Prisional de Lisboa, no Orçamento do Estado de 2019, bem como a reinstalação de serviços centrais do Ministério da Justiça e dos tribunais de Lisboa.

Em resposta às questões colocadas por este Grupo Parlamentar, o Ministério da Justiça informou que:

- Apresentação e aprovação de um plano para a realocação dos tribunais do Campus de Justiça de Lisboa e dos serviços centrais do Ministério da Justiça, permitindo poupança significativa com o contrato de arrendamento hoje existente;
- “Constitui objetivo do Ministério da Justiça reinstalar os Tribunais a funcionar no Campus de Justiça de Lisboa nos terrenos confinantes com o edifício do EPL, estando em curso um processo de articulação com o Ministério das Finanças, a Estamo e a Câmara Municipal de Lisboa, para que este objetivo se torne uma realidade.”

Também a Câmara Municipal de Lisboa, em resposta a requerimento do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Lisboa, confirmou que a possibilidade de transferência dos tribunais situados no atual Campus de Justiça para a zona em área confinante com o Palácio de Justiça depende de:

- Levantamento de áreas do Ministério da Justiça a concentrar conjuntamente com os tribunais a deslocar;
- Levantamento da satisfação de parte dessas necessidades nos edifícios que compõem o atual Palácio de Justiça no Alto do Parque;
- Negociação entre o Estado e a Estamo para a reconversão de áreas afetas a outros usos urbanos (habitação, comércio e serviços), na zona nascente do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Campus de Campolide, aprovado pela Assembleia Municipal de Lisboa

em 24 de julho de 2014.

Pese embora toda a informação dada, tanto pelo Ministério da Justiça como pela Câmara Municipal de Lisboa, os destinos do EPL e dos terrenos confinantes não estão, ainda, clarificados. De referir que, esta semana, na resposta da CML já referida, está indicado o compromisso de construção de uma residência universitária.

Falamos de uma zona da cidade de Lisboa muito pressionada pela especulação imobiliária, com o preço por metro quadrado dos mais altos atualmente. Assim, o Grupo Parlamentar considera importante que aquela zona nobre da cidade possa ter uma maior utilidade para serviços públicos, nomeadamente justiça, bem como para habitação pública, onde se insere a existência de residências universitárias.

Pela importância que esta matéria tem na possibilidade que três entidades públicas (Estamo, Ministério da Justiça e CML) têm no combate efetivo à especulação imobiliária, importa clarificar algumas informações dadas e perceber os passos seguintes.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Justiça, as seguintes perguntas:*

1. Para quando prevê o Ministério da Justiça ter os levantamentos referidos na resposta da CML, atrás descritos?
2. Quais as garantias políticas pode o Ministério da Justiça dar sobre a manutenção pública dos terrenos em causa?
3. Qual o prazo para a conclusão da negociação entre o Estado e a Estamo para a reconversão de áreas afetas a outros usos urbanos (habitação, comércio e serviços), na zona nascente do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Campus de Campolide?
4. Confirma que os Tribunais do Campus de Justiça de Lisboa serão reinstalados nos terrenos adjacentes ao edifício do EPL? Se sim, quais exatamente?

Palácio de São Bento, 8 de fevereiro de 2019

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)

JOSÉ MANUEL PUREZA(BE)